

Acordo inicial pode ter duas posições

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O Comitê Assessor de Bancos e a equipe brasileira trabalham duramente num exercício de linguagem. O texto do acordo é um só, mas dado que até agora não se chegou a um consenso, vai incluir duas posições diferentes. Uma descreve o acordo como o Brasil quer. Outra descreve o acordo como os bancos credores desejam. É provavelmente assim que sairá o acordo em princípio no final deste mês ou começo de julho.

Dentro de aproximadamente seis meses, quando se assinará o acordo final, as duas posições podem ser compatíveis. Ou não. Mas os dois lados entendem que existem boas possibilidades de as duas proposições convergirem, dado que os números com que trabalham são considerados mutuamente realistas. As duas posições são como segue.

A proposta brasileira não prevê um número para o pagamento inicial da compra de Letras do Tesouro dos Estados Unidos de Cupom Zero que serão usados na garantia do principal dos novos Par e Discount Bonds (bônus par e de des-

conto). Os brasileiros referem-se a uma fórmula na qual se comprometem a desembolsar US\$ 1 bilhão das reservas incondicionalmente.

Em acréscimo, o negociador-chefe Pedro Malan e sua equipe se propõem a dar no conjunto um dólar por cada dólar colocado pelos bancos através do New Money Bond (bônus de dinheiro novo) e pelas instituições multilaterais segundo as regras do Plano Brady de redução da dívida. Isso significa que se os recursos das outras duas fontes somarem, digamos, US\$ 1,6 bilhão, o Brasil não desembolsará apenas US\$ 1 bilhão incondicionalmente prometidos, mas US\$ 1,6 bilhão. A soma de recursos vai então dobrar para US\$ 3,2 bilhões.

Os banqueiros não querem uma fórmula, mas um valor específico. Sua proposta nota que o dinheiro mínimo para colocar o acordo em prática terá de ser US\$ 3,2 bilhões. Se a soma de contribuições não levar a esse montante, os bancos querem que o Brasil se comprometa a colocar a diferença. Se não fizer isso, não haverá acordo.

Os brasileiros aceitam colocar no texto do acordo

em princípio essas ressalvas dos bancos, mas anotam em sua parte do texto que o País não se compromete a cobrir a diferença. Isso parece mais um problema do que uma solução. No entanto, existem considerações semânticas importantes no difícil texto em negociação.

Embora o lado brasileiro recuse o compromisso de cobrir a diferença, aceita a colocação da ressalva dos bancos porque deseja ter também essa opção. Isso quer dizer que se a diferença final for pequena, digamos, algo como US\$ 200 milhões, o governo brasileiro quer ter a opção de cobri-la. Apenas não deseja ser obrigado a fazê-lo como preferem os bancos.

FRAGILIDADE DO GOVERNO

Um ponto importante a considerar é que os dois lados consideram viável chegar a dezembro ou janeiro próximos com contribuições de cerca de US\$ 400 milhões em dinheiro novo dos bancos, mais US\$ 1,2 bilhão de recursos postos de lado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São US\$ 1,6 bilhão. Se o to-

tal for mesmo esse, o Brasil entra com outro tanto e a condição dos bancos estará atendida.

A raiz do problema é evidente. Desses recursos, apenas duas fontes são diretamente controláveis pelas partes: as reservas em moeda forte do Brasil e o dinheiro novo dos bancos. Os recursos das instituições multilaterais dependem de suas instâncias. Uma é o cumprimento de metas e alguma estabilização da economia brasileira, risco que os bancos não querem assumir. O que atrapalha aqui é a percepção de fragilidade do governo Collor de Mello e a resistência do Congresso à reforma fiscal.

A outra é a pressão política dos bancos comerciais e dos governos dos países industrializados sobre as instituições multilaterais, com a qual o Brasil gostaria de contar, desta vez a seu favor. Sabe-se que essa pressão pode ser usada para o bem, como ao beneficiar o México em seu Plano Brady de 1989; ou para o mal, como aconteceu no ano passado quando alguns países industrializados se juntaram para protelar a aprovação de um empréstimo de saneamento básico pelo BID ao Brasil.